

Fazenda suspeita de lavagem de dinheiro em programa para eventos

Indícios de irregularidades no Perse são investigados pela Receita; líderes cobram esclarecimento

Adriana Fernandes, Fabio Serapiao e Victoria Azevedo

matéria O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse a lideranças do Congresso Nacional que o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) teria aberto margem para operações de lavagem de dinheiro de atividades ilícitas no país.

Os indícios estão sendo investigados pelos fiscais da Receita Federal, após o custo do programa explodir no ano passado. O valor declarado pelas empresas chegou a R\$ 17 bilhões, enquanto a estimativa era de um gasto anual de R\$ 4,4 bilhões.

Números preliminares repassados pela área técnica ao Palácio do Planalto apontam que o custo do programa pode ter chegado a R\$ 12 bilhões com as possíveis fraudes que vêm sendo detectadas pelo fisco.

Interlocutores do Congresso e do empresariado Haddad vem afirmando em conversas reservadas que o programa precisa acabar, sob o risco de a política pública estar servindo de estímulo a irregularidades.

A Folha apurou que foram mapeados casos de empresas utilizadas para lavagem de dinheiro se valendo do Perse para não pagar imposto. Assim, o benefício teria se tornado um atrativo para que empresas do setor de eventos, ou registradas como se fossem atuantes na área, sejam utilizadas para ilegalidades.

Além disso, outros tipos de irregularidades também teriam sido encontrados até o momento pelos técnicos da Receita.

A revogação do Perse foi incluída pelo governo na MP (medida provisória) de reatuação gradual da folha de pagamentos para 17 setores e prefeituras, que enfrenta resistências na Câmara e no Senado.

Nos bastidores, líderes da Câmara dos Deputados envolvidos pela reportagem afirmam que, diante desses alertas de irregularidades, é preciso que a Fazenda apresente informações que comprovem que houve operações ilícitas. Eles dizem que, se há indícios de ilegalidades, é preciso apurar os fatos. Parlamentares também cobram da Fazenda maior es-

clarecimento sobre a renúncia efetiva de receita tributária decorrente do benefício fiscal. O valor da renúncia já gerou atrito público entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Haddad.

Autor do projeto de lei que deu origem ao Perse, o deputado Felipe Carrerza (PSB-PE) apresentou pedidos de requerimentos de informações à Fazenda nesse sentido, solicitando, entre outras coisas, um maior detalhamento da eletiva renúncia tributária por códigos da chamada Cnae (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

Na segunda-feira (5), em seu discurso na cerimônia que marcou a abertura do ano legislativo no Congresso, Lira citou nominalmente o Perse como uma "conquista", criticando a decisão do governo de acabar com o programa.

"Conquistas como a desoneração do Perse, essencial para que milhões de empregos de um setor devastado pela pandemia se sustentem, não podem retroceder sem ampla discussão com este Parlamento", afirmou Lira.

O presidente da Câmara fez uma fala dura, com recados

ao governo, afirmando que é preciso que o Palácio do Planalto cumpra com acordos firmados com o Legislativo. Seguiremos firmes na prática da boa política, pressuposto mais do que necessário para o exercício da própria democracia. E a boa política, como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos firmados e o cumprimento à palavra empe-

nhada", disse Lira, sob aplausos de congressistas presentes no plenário. As declarações ocorrem em um momento em que o presidente da Câmara elevou as críticas contra o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), responsável pela articulação política do Executivo no Legislativo.

O deputado avisou a interlocutores de Lula que, sem a troca de Padilha, a pauta do governo na Casa não avançará. Apesar da pressão, o pe-

so afirmou a pessoas próximas que não pretende tirar Padilha do cargo. Carrerza deve se reunir com Haddad, parlamentares e representantes do setor nesta quarta-feira (7) para tratar do Perse. No mesmo dia, à tarde,

ele organiza um ato em defesa do programa na Câmara, onde a resistência é maior contra o fim do regime.

"Tenho a expectativa de que o governo tenha a sensibilidade de não acabar com um programa tão extenso, que cumpre com seu papel", diz o deputado.

Em encontro na semana passada com o presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Silmucci, Haddad falou das possíveis fraudes e dos indícios de lavagem. O ministro projetou uma perda de R\$ 100 bilhões de arrecadação em cinco anos, caso o Perse seja mantido.

O benefício do programa zerou todos os tributos federais (IRPF, CSLL, PIS e Cofins) em um setor que o Ministério da Fazenda considera que já se recuperou da pandemia e está em "franca recuperação".

É com base nesse argumento que a equipe econômica também tenta convencer senadores e deputados a extinguir o programa. A própria reatuação dos tributos federais do Perse é que estimula a lavagem, de acordo com o diagnóstico da Fazenda.

Pela MP do Haddad, o fim do programa só estará completamente concluído em 2024, quando a cobrança do IR volta a vigorar.

A redução do benefício às empresas ainda em 2024 tirará R\$ 6 bilhões das receitas do governo, valor que pode subir a R\$ 12 bilhões no caso de manutenção integral do incentivo, como querem os congressistas.

Por outro lado, a Fazenda conta com uma economia de ao menos R\$ 16 bilhões com a revogação do Perse. Uma das organizadoras do ato em defesa da manutenção do Perse, a FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) diz que a revogação pode gerar judicialização.

A FecomercioSP integra uma coalizão com várias entidades do setor produtivo, como a CNC (Confederação Nacional do Comércio) e a FBHA (Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação), que fazem parte da mobilização no Congresso.

"É muito ruim essa medida do governo porque ela muda a regra no meio do jogo", afirma o coordenador do Conselho de Turismo da FecomercioSP, Guilherme Dietze.

Ele contesta a avaliação do governo de que o setor já se recuperou da pandemia e não precisa mais do programa emergencial. De acordo com Dietze, os dados de turismo nacional mostram que o setor ainda está quase 10% abaixo do nível pré-pandemia.

Dietze ressalta que o programa estava previsto para acabar em 2024 e que o seu fim antecipado causaria insegurança jurídica.

A desoneração da folha de pagamentos foi aprovada pelo Congresso no ano passado, mas o texto acabou integralmente vetado por Lula. Em contrapartida, o ministro da Fazenda enviou uma nova MP ao Congresso, com a reatuação gradual da folha de pagamento. A medida, anunciada por Haddad em 28 de dezembro do ano passado, vale a partir de 1º de abril.

Adido do Ministério da Fazenda e levar em consideração a principal atividade que as empresas desempenham por meio da Cnae (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Conforme legislação feita pela SPE (Secretaria de Política Econômica), serão dois grandes grupos.

No grupo de 17 atividades que conta com maiores benefícios hoje, passará a ser aplicada uma alíquota de 10% sobre a faixa de um salário mínimo das leis complementares para outras 25 atividades, que pos-

suem menos benefícios na sistemática atual da desoneração, a contribuição patronal seria de 15%.

Autor do projeto de lei que prorroga a desoneração, o líder da União Brasil, senador Efraim Filho (PB), disse a jornalistas nesta terça-feira que reforçou ao ministro da Fazenda que a edição da MP foi malvista pelo Congresso Nacional.

"O que se espera, até o final do semestre, é que haja a possível revogação desse trecho [da desoneração] da medida provisória para ser substituído por projeto de lei", afirmou.

A desoneração da folha de pagamento vale para 17 setores da economia. Entre eles estão o de comunicação, no qual se encontra o Grupo Folha, empresa que edita a Folha.

Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante reunião com senadores da base aliada, nesta terça-feira (6). Diego Lacchini/Osdeputados

Líderes do Senado pedem fatiamento de MP da reatuação, e Haddad vai levar proposta a Lula

Thaís Oliveira

matéria O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta terça-feira (6) que vai levar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a proposta apresentada por líderes do Senado de fatiar a MP (medida provisória) que, entre outros assuntos, reatua 17 setores da economia.

Congressistas têm defendido que a reatuação da folha de pagamento e a diminuição da compensação tributária de municípios sejam discutidas com o Congresso por meio de um projeto de lei com urgência constitucional — que dá a cada uma das Casas o prazo de 45 dias para análise.

A compensação tributária feita por empresas por meio de decisões judiciais e o Per-

se (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), outros pontos abordados pela MP seguiriam tramitando por meio do texto atual, segundo o ministro.

"Creio que [esse assunto] será resolvido nesta semana. É creio que nós vamos aprovar essas medidas para dar conforto para o país prospectando as contas mais equilibradas", disse Haddad, ressaltando que o acordo sobre a folha de pagamento e a diminuição da compensação tributária depende de Lula.

No mês passado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), havia afirmado que o governo federal se comprometera a reatuar a MP de dezembro sem os trechos que tratam da desoneração da folha de pagamento. Haddad, na ocasião, desmentiu.

Nesta terça, Haddad se reuniu com senadores da base aliada, como Renan Calheiros (MDB-AL), líder da maioria, e Cid Gomes (PSB-CE).

A reunião com deputados federais acabou cancelada em meio ao mal-estar provocado pelo discurso de segunda-feira (5) do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Após a reunião do grupo com Haddad, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), afirmou que ainda não há decisão sobre a necessidade de reatuar a medida provisória atual.

Randolfe também disse que o ministro da Fazenda não foi das suspeitas de irregularidades envolvendo o Perse. "Nada disso", afirmou Lira, parlamentar — como as do em-

preendedorismo e a da agropecuária — entregaram um manifesto aos presidentes do Senado e da Câmara em que afirmam que o governo tem desrespeitado decisões do Congresso Nacional.

No documento, parlamentares defenderam mais uma vez que Pacheco devolva a MP da reatuação sob o argumento de que o Congresso já deliberou sobre o tema dias antes, ao derrubar o veto do presidente Lula e manter o benefício.

O texto também critica a atuação do Ministério do Trabalho que dificulta o trabalho aos feriados e pede a votação do projeto que reverte a inatividade. Por fim, o grupo reivindica participação na elaboração das leis complementares da reforma tributária.

A desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia foi aprovada pelo Congresso no ano passado, mas o texto acabou integralmente vetado por Lula.

Em contrapartida, o ministro da Fazenda enviou uma nova MP ao Congresso, com a reatuação gradual da folha de pagamento. A medida, anunciada por Haddad em 28 de dezembro do ano passado, vale a partir de 1º de abril.

Adido do Ministério da Fazenda e levar em consideração a principal atividade que as empresas desempenham por meio da Cnae (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Conforme legislação feita pela SPE (Secretaria de Política Econômica), serão dois grandes grupos.

No grupo de 17 atividades que conta com maiores benefícios hoje, passará a ser aplicada uma alíquota de 10% sobre a faixa de um salário mínimo das leis complementares para outras 25 atividades, que pos-

suem menos benefícios na sistemática atual da desoneração, a contribuição patronal seria de 15%.

Autor do projeto de lei que prorroga a desoneração, o líder da União Brasil, senador Efraim Filho (PB), disse a jornalistas nesta terça-feira que reforçou ao ministro da Fazenda que a edição da MP foi malvista pelo Congresso Nacional.

"O que se espera, até o final do semestre, é que haja a possível revogação desse trecho [da desoneração] da medida provisória para ser substituído por projeto de lei", afirmou.

A desoneração da folha de pagamento vale para 17 setores da economia. Entre eles estão o de comunicação, no qual se encontra o Grupo Folha, empresa que edita a Folha.

Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, entre outros.